

# Mensagem à Nação

MAURO CHAVES

E os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, por meio de rede nacional de rádio e TV, dirigiram a seguinte mensagem à Nação, em defesa do Congresso Nacional:

"Brasileiros! Jamais confundiríamos críticas feitas pela imprensa ao comportamento dos atuais membros das Casas Legislativas com inconcebíveis campanhas lançadas contra a própria instituição parlamentar, pois tal entendimento seria tão absurdo quanto o de confundir-se críticas ao governo com críticas ao Estado — vale dizer, confusão entre instituições permanentes de um país e comportamento de pessoas que as exercem, provisoriamente. Se tal confusão já foi feita, deliberadamente, pelos que por longas duas décadas detiveram o poder autoritário, ditatorial, não a repetiríamos agora. Amamos o Poder Legislativo de nosso país, da mesma forma e com a mesma intensidade com que o amam os profissionais da imprensa e todos os demais cidadãos brasileiros. O Legislativo é de todos nós. E seria um deslavado cinismo autoritário de nossa parte — dos legítimos representantes do povo — se disséssemos aqui que as 'instituições' estão ameaçadas quando membros do Legislativo são flagrados e denunciados por ganhar seus polpudos jetons, sem comparecer ao seu local de trabalho.

Durante todo o longo regime de exceção que atravessamos, a totalidade dos membros do Congresso Nacional nunca se curvou aos desígnios, aos caprichos do Planalto. Prova disso é que todos os pacotões, pacotes e pacotinhos foram unanimemente derrotados nas Casas Legislativas. Todas as nossas lideranças, mesmo as do partido oficial do então Sistema, sempre agiram com total espírito de independência.

Quando a Nação inteira se mobilizou na histórica campanha pelas Diretas já, que visava à aprovação da emenda Dante de Oliveira ou de outras em favor das eleições presidenciais diretas, o Congresso deu sua pronta resposta: aprovou a emenda das diretas, por unanimidade, liquidando o espúrio colégio eleitoral. Portanto, a Nação deve a nós, congressistas atuais, essa grande conquista civil, que foi a eleição presidencial direta que tivemos.

Inaugurada a Nova República, a primeira medida que encetamos foi a revogação daquele aberrante entulho autoritário, que era o chamado 'voto de liderança'. Por aquela espúria prática — herdada do autoritarismo, da mesma forma que o famigerado 'decurso de prazo' — as leis podiam ser aprovadas sem participação e sem votação dos parlamentares, o que estimulava o absenteísmo ou a gazeta dos representantes do povo. Outra prova de grande discernimento do atual Congresso, em tempos de Nova República, foi a derrota unânime que sofreu aquele absurdo projeto destinado a canalizar (em razão de demagógicas pressões político-eleitorais) recursos dos contribuintes para uma instituição financeira falida — o grupo Sulbrasileiro — graças aos descalabros de sua administração. Economizamos assim bilhões e bilhões de cruzeiros, evitando aquela escandalosa tentativa de sangria dos cofres públicos. E por falar em escândalos, em nossas CPIs levamos até o fim as investigações de todos os escândalos da Velha República — do tipo Coroabastel, Capemi, Delfin, polonetas etc. Resistimos às pressões do Planalto — de então — e chegamos aos verdadeiros culpados, todos eles entregues à Justiça e já cumprindo as penas da lei. E, há pouco, também resistimos às pressões dos vereadores que, tumultuando nossas galerias, pretendiam escandaloso aumento de seus subsídios.

Quanto ao comportamento dos atuais parlamentares, informamos ainda que somos muito assíduos, dedicamo-nos integralmente ao desempenho de nossos mandatos. Nossa trabalho fundamental é o elaborar projetos de lei de interesse público — modificando ou revogando as leis vigentes e criando novas, quanto necessárias —, participando intensamente dos debates e das votações no plenário. Pois nosso Poder não se chama Legislativo? Então, nosso pa-

pel não é o de 'procuradores' ou despachantes, não é o de fazer 'gestões' nos ministérios e repartições do Executivo, fazer 'tráfico de influência' ou 'advocacia administrativa' em órgãos de outro Poder, para 'ajudar' nossos eleitores, ou os que nos dão apoio em nossas regiões. Se tal fizéssemos, estariamos perpetuando uma subserviência perante, em relação ao Executivo. Por outro lado, quanto ao atendimento de eleitores, fazemos 'política eleitoral' em nossos núcleos regionais. Apenas nos fins de semana esticados que usufruímos e nos 4 (quatro) meses de férias que desfrutamos por ano — isto é, nos períodos de recesso parlamentar. Isso é tempo mais do que suficiente para cuidarmos de nossa reeleição — e conscientes estamos de que nenhuma outra profissão desfruta tão longos períodos de férias. Também conscientes estamos de que a remuneração em torno de 40 milhões de cruzeiros mensais que percebemos (quase toda excluída de Imposto de Renda), considerando-se as múltiplas mordomias e franquias que gozamos, é privilégio de poucos, num país com 40 milhões de pobres absolutos, afora outros tantos carentes, miseráveis, subempregados, desempregados, desnutridos e desdenhados.

Quanto à moralidade dos congressistas, temos a declarar ao povo brasileiro o seguinte: Os deputados que foram flagrados enquanto perpetravam 'fraude eletrônica' nas votações em plenário — os apelidados 'pianistas', fotografados pela imprensa — foram sumariamente punidos pela Mesa da Casa Legislativa. Tiveram seus mandatos cassados por falta de decoro — de acordo com o Regimento — em benefício da imagem da instituição. Pois se amamos o Legislativo de nosso país, é nosso dever preservar seu prestígio, sua imagem, doa a quem doer. E o que de mais acintoso, ingnobil, aviltante, acachapante existe do que se cometer fraude — pública, notória, documentada — no sagrado recinto do plenário do Parlamento? Finalmente, cidadãos brasileiros, na qualidade de presidente das duas Casas do Poder Legislativo Nacional, temos a seguinte comunicação a lhes fazer: em prol da imagem do Legislativo Nacional — que todos tanto amamos —, em prol do exemplo de conduta moral que todos os membros de um Poder de Estado são obrigados a dar, em prol do respeito à lei que todos devem demonstrar — especialmente nós, que fazemos as leis — deliberado está que de agora em diante, no cumprimento estrito do que dispõem tanto nosso Regimento Interno quanto a Constituição vigente, só perceberão jetons os congressistas que estiverem presentes no recinto do Congresso e comparecerem às sessões no plenário. Por outro lado, como presidentes das Mesas do Legislativo, comprometemo-nos a não deixar que se 'abra sessão' sem 'quorum', que se considerem listas de presenças de parlamentares 'na Casa' para efeito de abertura de sessões e pagamento de jetons, pois isso seria uma outra escandalosa burla. Não deixaremos que o espírito de corpo dos congressistas faça com que não surjam mais pedidos de verificação de 'quorum', o que levaria à ocorrência de sessões com falta absoluta de 'quorum' regimental. Em outras palavras, cidadãos brasileiros, preferimos sacrificar parte de nossos ganhos ou parte de nossa disponibilidade de tempo (o que ora desfrutamos, ganhando, e muito bem, mesmo sem trabalhar) em prol do prestígio do Poder Legislativo — que tanto amamos — o que significa dizer, em prol da democracia." Tivesse o povo brasileiro ouvido mensagem parecida com a acima descrita, pronunciada pelos presidentes da Câmara e do Senado, outra teria sido a imagem desse atual Congresso, passada para a opinião pública. Obviamente, o que disseram o senador José Fragelli e o deputado Ulysses Guimarães, em rede nacional de rádio e TV, foi precisamente o oposto: afundaram de vez a imagem desse atual Congresso, defendendo o indefensável, tentando escamotear com mera retórica uma triste realidade. Parece que suas excelências, tal como as antigas excelências — os generais-presidentes de triste memória — também não entendem uma verdade bem simplezinha: nós, povo brasileiro, não somos um bando de imbecis — embora não tenhamos muitas oportunidades de o demonstrar.